

Desafios da |educação na América latina¹

Arnaldo Nogaro²

O texto que elaboramos visa dar uma breve noção a respeito das mudanças que estão ocorrendo na sociedade capitalista e que repercutem nas políticas educacionais, indo muito além de um novo modo de produção; bem como trazer alguns apontamentos sobre alguns desafios da educação na América Latina. As transformações que ocorrem são a manifestação de um novo e muito mais amplo processo civilizatório, o que significa uma mudança societária global. Na visão de Boaventura Santos (1997), trata-se de uma mudança paradigmática.

É nesse contexto que ocorrem a Conferência Mundial de Educação para Todos (Tailândia, 1990), a Declaração de Nova Delhi (dezembro de 1993), o Plano Decenal de Educação para Todos (Brasil, 1993), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), Plano Nacional de Educação, antecedidas, no caso brasileiro, pelas reformas educacionais no Chile, Argentina, Paraguai... Também se estabelecem Leis de Gestão democrática da escola em vários Estados do Brasil.

Se hoje o conhecimento é a chave da cidadania, isso requer naturalmente uma educação básica para todos, uma educação geral para todos, o que exige mudanças radicais nos modelos educacionais. E na era digital nada mais essencial do que as capacidades de decodificar e interpretar informação, capacidades estas que, para se desenvolverem, dependem do raciocínio lógico e do domínio cultural de áreas diversas de saberes, o que reporta imediatamente à educação formal ou escolar.

As mudanças anunciadas na organização do trabalho e nas formas de convivência social precisam ser sentidas e compreendidas pelos responsáveis pelas políticas educacionais e demais envolvidos com o ensino; e este cenário em mutação precisa ser tomado como referência para decisões e orientações em educação. Inúmeros países vêm desenvolvendo políticas e ações agressivas na área educacional, cuidando, sobretudo, dos

¹ Texto publicado nos anais do II Simpósio Internacional de Educação Infantil. Erechim: Prefeitura Municipal de Erechim, outubro de 2003.

² Professor da URI – Campus de Erechim. Doutor em Educação-UFRGS.

formadores, ou seja, dos profissionais da educação, que são os atores centrais e mais importantes na disseminação do conhecimento.

Uma preocupação expressa claramente no Consenso de Washington (1989) e explicitada nas políticas e decisões implementadas diz respeito ao futuro da educação nos países periféricos. No padrão do capitalismo “clássico” de exploração da mão-de-obra, a educação ocupava um papel periférico, na medida em que o trabalhador era preparado na própria linha de produção, sem necessidade de grandes conhecimentos técnicos e habilidades especiais. Os setores de ponta da economia, com tecnologias de produção contínuas e novas formas de organização do trabalho, estão exigindo um novo estilo de trabalhador. O avanço científico-tecnológico, a expansão dos mercados, a utilização de novas tecnologias e formas de produzir, além do deslocamento de empresas e fábricas para outros locais de produção (países com mão-de-obra abundante, matéria-prima barata, leis sociais maleáveis...) criam a necessidade de um determinado perfil de trabalhador encontrado em poucos países. Os trabalhadores nos países onde as grandes multinacionais e outras organizações produtivas passam a se instalar, hoje, quase que exclusivamente países da periferia global, não possuem as características esperadas.

Com a reestruturação do trabalho em curso, a partir da introdução das formas sistêmicas de organização do trabalho, das novas técnicas de produção (microeletrônica, informática), é cada vez mais a capacidade de pensar do trabalhador que se busca explorar. E não é qualquer forma de pensar, por isso, trata-se de disciplinar a estrutura psíquica dos trabalhadores, para que seu raciocínio desenvolva-se primordialmente, consoante a cultura organizacional da empresa, a sua subjetividade opere no sentido de envolvê-lo com os objetivos da organização. (BRUNO,1997, p.39).

Nesta perspectiva, importa pensar e interrogar sobre as políticas educacionais e o papel da escola. Aqueles mais diretamente envolvidos com a questão – educadores, pesquisadores - percebem a função fundamental que esta teria no desenvolvimento do raciocínio lógico-abstrato e nas habilidades necessárias a este novo trabalhador que necessita, hoje, de habilidades gerais de comunicação, abstração e integração, as quais não podem ser geradas rapidamente no próprio local de trabalho. São capacidades próprias a serem aprendidas na escola, durante a instrução regular.

Na última década, a sociedade brasileira tem acompanhado o movimento governamental em prol da política “reformista” da educação nacional. Mais precisamente,

após a aprovação da LDB, têm sido implementadas políticas abrangentes que vão de setores como financiamento e gestão até avaliação e currículo, envolvendo assim aspectos mais nucleares da ação pedagógica como a formação de professores.

A discussão pública sugere que as atuais propostas de reforma da educação brasileira e na formação de professores sejam colocadas como uma resposta ligada diretamente aos aspectos econômicos. Mas, segundo Popkewitz (1997), a relação entre educação e economia é menos direta do que parece. Seria equivocado ver as reformas atuais influenciadas exclusivamente pelo âmbito econômico. Elas são decorrentes de complexas relações existentes entre a cultura, a economia, a política e os padrões sociais.

A constatação dos baixos resultados do ensino fundamental brasileiro, revelada pelos altos índices de repetência e reprovação mostrados nas últimas avaliações do MEC, conduziu a sociedade brasileira a se questionar e analisar, entre outras coisas, a formação do magistério responsável por esse ensino em seus aspectos múltiplos. Não se trata de responsabilizar o professor, única e exclusivamente, pelo insucesso deste nível de ensino, sabemos que há interventores de outras ordens e que a qualidade de sua intervenção e desempenho pode contribuir para recuperar ou cristalizar as condições estabelecidas que determinam um ensino ineficiente.

A legislação nem sempre representou avanços no sentido de conquistas para a categoria e ganhos democráticos, mas é um sinal visível e concreto de como se pode analisar e conhecer as intenções governamentais para com esta causa. É importante registrar que a legislação educacional representa o registro do pensamento vigente num determinado momento histórico. “Parece-nos, entretanto, que se constituiu numa das características brasileiras, a de dar às leis a responsabilidade para a resolução de toda a sua problemática, pois leis e reformas sempre existiram em abundância no país, refletindo a ideologia dominante nas várias áreas que a determinavam.” (GRINSPUN,1997, p.28).

A educação tem um papel relevante para a formação de uma nova cidadania, a coesão comunitária, a difusão de valores pró-sociais, a preservação das identidades locais e nacionais, o desenvolvimento de um sentimento de proteção coletiva frente ao mercado, uma autoconsciência dos direitos humanos e do cuidado com o meio-ambiente.

A realidade da América Latina deixa claro que a educação precisa consolidar o cumprimento de ações pendentes do século XX, tais como: universalizar a cobertura pré-escolar, básica e média; incorporar as populações indígenas ao sistema escolar; melhorar a qualidade e resultados no ensino de competências básicas (particularmente entre os setores mais pobres da população infantil, juvenil e adulta); modernizar a educação técnica de nível médio e superior; massificar a educação de terceiro nível. Podemos definir como compromissos ou desafios da educação para o século em que entramos: acesso à informação, acervo de conhecimentos, mercado de trabalho, disponibilidade de novas tecnologias para a educação e socialização dos modos de vida.

Na próxima década um “ambiente claramente negativo” dentro do qual os sistemas educacionais se desenvolverão, deverá ser enfrentado:

- a. Um contexto perverso de economia política caracterizado pela estagnação ou baixo crescimento e pela escassez dos recursos públicos a serem alocados às políticas públicas.
- b. Crescente exclusão e desigualdade sociais, sob a pressão da globalização e do uso cada vez mais intenso do conhecimento e das tecnologias. As novas TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) serão ferramentas e complementos do trabalho dos docentes e não irão substituí-los. As TIC não poderão resolver a má qualidade e a desigualdade na educação, podem até mesmo aprofundá-las.

Ao mesmo tempo: existirá um aumento de interesse com respeito à educação por parte da sociedade civil; a educação exercerá uma função importante na promoção da cidadania, na criação de uma ordem social mais justa e na facilitação das competências básicas necessárias para a vida; e os especialistas não crêem que a formação e a organização da profissão docente irão experimentar transformações profundas, num futuro próximo.

Quanto às instituições educacionais: enfrentarão uma maior descentralização organizacional e de gestão dos sistemas educacionais, incluindo graus mais altos de autonomia na base e de participação da comunidade; um uso mais intenso dos métodos quantitativos de avaliação do desempenho dos professores e alunos, como meio para orientar as políticas públicas; e uma universalização dos programas de educação pré-escolar que, assim se espera, irá servir para melhorar, significativamente, a educação básica e secundária.

No que diz respeito aos docentes surgem questões intrigantes: a primeira diz respeito ao desenvolvimento e a expansão acelerada das modernas TIC, especialmente as vinculadas ao uso de computador e de multimídia, que têm revolucionado a própria maneira de pensar e encarar os problemas e as soluções da educação e da aprendizagem e a segunda trata do desenvolvimento e a expansão da pobreza e da exclusão social no mundo, com todas as suas implicações e seqüelas. Isso tem obrigado a instituição escolar a assumir funções de contenção social e afetiva, não só do aluno, mas também de suas famílias. O desafio que se apresenta aos docentes será não só ensinar de uma forma diferente do que é ensinado a eles, mas estarem preparados para ensinar o que não sabem e o que não foram ensinados. O novo perfil do docente implica a capacidade de identificar o que não se sabe, aceitar o que não se sabe, saber buscar e ajudar o aluno a buscar o que precisa saber.

Urge rever integralmente os parâmetros e as modalidades da educação e aprendizado profissional docente. Não se trata somente de revisar o currículo de formação docente, acrescentando novos conteúdos ou eixos transversais. Trata-se de repensar totalmente o modelo de formação docente e os conceitos de conhecimento subjacentes a esta. Isto requer:

- a) Tempo, para se reunir com colegas, para intercambiar profissionalmente em presença e a distância, para ler e escrever, etc.
- b) Condições institucionais e um ambiente favorável e estimulante para desenvolver o aprendizado e o novo profissionalismo;
- c) Acesso aos recursos tecnológicos indispensáveis para aprender e desenvolver sua tarefa.

Os grandes avanços da tecnologia da informação que estão alterando a natureza do trabalho e exercício cidadão, também o farão com as habilidades necessárias para que as crianças e os jovens cheguem a ser adultos bem-sucedidos, pressionando a educação, transformando o quê e como aprenderemos, e como funcionarão as instituições de educação.

Para que as TIC se transformem em um apoio educacional efetivo serão necessários complexos processos de inovação em cada um dos aspectos da escolaridade, incluindo o sentido da escolaridade, o currículo, a pedagogia, a avaliação, a administração, a organização e o desenvolvimento profissional dos professores e dos diretores. Assim como

a escola modificou-se a partir da invenção da imprensa e da revolução industrial, da mesma forma a escola haverá de mudar a partir da revolução do conhecimento.

O que é preciso estabelecer é uma boa política educacional, com visão estratégica, vontade política e sensibilidade social, capazes de porem tudo isso em marcha de forma participativa, com recursos, estratégias, mecanismos e tempo necessário para uma implementação efetiva e sustentada ao longo do tempo. A reforma em educação não necessariamente redundará em mudança efetiva, uma vez que há mudança independentemente da reforma.

É evidente que as transformações do mundo atual estão fundadas nos processos de conhecimento e saber, o que implica que as instituições onde são produzidos e reproduzidos devem se readaptar às novas relações, realidades e contextos que surgem. Estas novas exigências criadas pela ideologia dominante criam paralelamente necessidades imediatas a serem enfrentadas pelos diferentes sistemas educacionais: definição de novas regras para as diferentes políticas sociais, investimentos em educação, ampliação da oferta educacional básica e preparação dos profissionais para enfrentarem esta nova realidade. Para isso, Perrenoud (2001) define o professor profissional como um profissional da articulação do processo ensino-aprendizagem em uma determinada situação, um profissional da interação dos significados partilhados.

Referências

BRUNO, Lúcia. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. In: OLIVEIRA, Dalila A. (Org.). **Gestão Democrática da educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

EDUCAÇÃO na América Latina: análise de perspectivas. Brasília: UNESCO, OREALC, 2002.

GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin. Formação dos professores: uma questão em debate. In: **Múltiplas leituras da nova LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (9.394/96). Rio de Janeiro: Qualitymark Dunya, 1997.

NOGARO, Arnaldo. **Teoria e saberes docentes**: a formação de professores na Escola Normal e no Curso de Pedagogia. Erechim: Edifapes, 2002.

PERRENOUD, P. **Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências?** Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

POPKEWITZ, Thomas. **Reforma educacional: uma política sociológica.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1997.

TRINDADE, H. & BLANQUER, J. (orgs). **Os desafios da educação na América Latina.** Petrópolis: Vozes, 2002.